



QUILOMBOS E NEGRITUDE A SERVIÇO DA IDEOLOGIA

José Fernando de Maya Pedrosa

NOTA DO REDATOR-CHEFE

O artigo do Cel Maya Pedrosa, cuja publicação determinei, além de oportuno e elucidativo se constitui num alerta contra as falácias do tão propalado, e por alguns festejado, revisionismo historiográfico.

Esse movimento, que afoita e atrevidamente se lança contra o nosso passado, na realidade não busca enriquecer e aprimorar o conhecimento da nossa História, mas tão-somente distorcer os fatos, denegrir reputações, confundir, tumultuar. Embora arroguem muita sapiência, cultura e interesses superiores, os "revisionistas" mal podem disfarçar o caráter tendencioso e nitidamente ideológico do movimento. Negando o passado, confundindo no presente, certamente esperam alcançar seus escuros objetivos no futuro.

Contudo, o mais grave desse esquisito movimento é a exploração, sempre distorcida, de fatos do passado, com o criminoso propósito de criar rivalidades, de provocar disputas, de acirrar os ânimos, de reacender mágoas, reabrir feridas, e, assim, lançar irmão contra irmão, na tentativa de destruir o que conseguimos construir com tolerância, com harmonia.

O trabalho do Cel Maya Pedrosa é motivo de meditação e fonte de informação aos leitores sobre as conceituações e intenções de um grupo de revisionistas que, faz algum tempo, dedica-se ao trabalho de reescrever nossa História e também porque, conscientemente, encontramos no passado nossos motivos de crença no Exército e no BRASIL. O assunto não se restringe ao interesse cultural dos militares e, pelo contrário, atinge a todo cidadão que deseja aperfeiçoar esta Democracia merecedora da eterna vigilância de todos.

Gen Div Anapio Gomes Filho

Faltam dois anos para o Centenário da Libertação dos Escravos. Os órgãos de comunicação de massa estão disponíveis para todas as correntes de opinião manifestarem-se a respeito

deste fato, em especial aquelas que forem mais combativas.

Certa corrente intelectual persegue um revisionismo para a formulação da "nova historiografia brasileira", até agora através de in-

interpretações de sentido mais ideológico do que propriamente científico. Antepõe-se esta corrente ao que identifica como "história oficial"; um termo vago que ainda não foi suficientemente definido.

Encontra-se, aqui, uma análise dos textos revisionistas cuja mensagem interessa ao exame dos que desejam zelar pela paz social como objetivo nacional permanente. É simples conceber que o descontentamento do povo ou a sua satisfação dependem também da visão que a sociedade nacional tem de seu relacionamento intergrupar.

Poderíamos imaginar hipoteticamente duas ou três correntes de pensamento histórico em debate acerca da escravatura no Brasil, cada qual com idêntico espaço na mídia e todas ouvidas por um público esclarecido, capaz de julgar tranqüilamente a História. Mas esta situação hipotética pode não acontecer pela predominância que esta corrente revisionista vem demonstrando na ocupação dos espaços dos jornais, televisão e publicações diversas.

Um estudo simples de algumas manifestações sobre o Quilombo dos Palmares, dentro do "revisionismo" a que me refiro, exemplifica muito bem como a História pode ser utilizada para incrementar o conflito, mesmo que sob uma aparência de idéias de igualdade e justiça entre os homens.

Sendo a revisão histórica um fenômeno natural e permanente, porque próprio do aparecimento de novos documentos e de novas filosofias no correr dos tempos, é

compreensível e até necessário que a escravatura seja também encarada sob novos pontos de vista. O que nos parece ferir o sentimento nacional é o fato desta nova historiografia ser escrita sob os parâmetros do materialismo numa Nação tão cheia de humanismo, tolerância racial e cristandade.

Veremos que a versão materialista da História, neste exemplo, estimula o ódio e a descrença entre as pessoas, negando a proverbial tolerância brasileira.

ESCRAVATURA, DIREITO E PRÁTICA

A escravatura teve origem no Direito da Força que considerava o cativo uma concessão do vencedor em poupar a vida do vencido. Foi lenta a evolução da humanidade no sentido da liberdade, consubstanciada na Declaração dos Direitos Humanos e na Carta das Nações Unidas, produtos do iluminismo do mundo ocidental. A maior evidência desta lentidão é o fato de estarmos nas portas do primeiro centenário da libertação dos escravos no Brasil, felizmente uma Nação reconhecidamente mestiça e cujo colonizador, por estratégia colonial e por qualidades a ele intrínsecas, nos deixou um povo destituído de qualquer argumento para ser racista.

Compete um breve histórico sobre a escravatura para dele retirarmos elementos esclarecedores.

A primeira importante manifestação do Direito quanto à escravatura é dos romanos, que atri-

buíram aos escravos certos direitos que antes lhes eram negados, coibindo abusos de seus senhores. O Cristianismo e a evolução natural do Direito criaram bases para o pensamento moderno em suas manifestações contrárias à escravatura, dentre elas as Bulas Papais de Pio II (1462), Paulo III (1537), Urbano VIII (1639), Benedito XIV (1741) e Pio VII (1814), limitando, criticando ou condenando a escravidão humana. A mais célebre destas manifestações foi, no entanto, a de Van Grotius, em seu compêndio *De Jure Pacis et Belli* (1600), levantando o princípio de que "não há direito de matar o prisioneiro, nem o de reduzi-lo à escravidão".

Durante os três séculos seguintes, a evidência e a clareza do Direito estiveram diante de realidades econômicas e sociais imperiosas demais para serem transpostas por princípios humanitários um tanto desconhecidos pela maioria dos homens influentes. A humanidade ainda viveu três séculos de convivência com o escravo — como indispensável mão-de-obra — já que os contingentes europeus foram insuficientes para o duro serviço nas colônias, e o elemento indígena mostrou-se incapaz para o trabalho sedentário.

A escravatura, servindo-se de expressivos contingentes de negros africanos, constituía, na época, a única forma eficaz de incrementar a produção colonial. Praticaram-na os ingleses (contrariando a sua legenda *Nullus Liber Homo*, de 1215), os espanhóis, os france-

ses, os holandeses e os portugueses.

Na Península Ibérica a escravidão era conhecida porque mouros remanescentes da Reconquista ou capturados no norte da África faziam trabalho escravo, seguidos de contingentes de negros comercializados pelos árabes, durante os séculos XV, XVI e XVII.

A Europa encontraria, nesta prática limitada, a base que julgava moral para uma outra prática ampla e generalizada de escravizar africanos, agora com finalidades próximas da indústria. A escravidão do africano extrapolava as bases do Direito do Vencedor para uma dimensão ainda mais perversa sob pretexto de retirá-lo do "paganismo" e de sua servidão natural. Seria, nesta hipocrisia humana, um serviço que a eles se prestava.

Conclui-se, portanto, que a escravatura como uma prática abominável na História propiciou uma obra colonial de onde emergiram o Brasil e muitos outros países do mundo, mas suas seqüelas ainda permanecerão por algum tempo, na forma de racismo, de preconceitos e de ingredientes para agitação social.

O encontro dos portugueses com os africanos ocidentais em meados do século XV deu início a uma história de cobiça, servidão e violência. Apesar da esperança dos portugueses de encontrarem ouro e prata nas montanhas do Congo e de Angola, na verdade o "resgate" de negros para o tráfico foi prevalente e serviu de torpe motivação econômica, enquanto

no interior trabalhavam os "régulos", um tipo negro de caçador de gente de sua própria raça. Na verdade, certa forma de escravidão já existia na África, quando um "sobado" reinava sobre tribos menos agressivas.

Os portugueses encontraram ambiente propício a este comércio, restando-lhes as alianças com chefes locais, que eram batizados com nomes cristãos, e a administração das chamadas "armações" com base na conquista militar de áreas estratégicas. As graves reações locais, como a da Rainha Ginga Bandi que combateu os portugueses com auxílio de espanhóis e holandeses, caíram no vazio da própria realidade local. De linhagem nobre dos N'gola, a rainha desejava pôr fim ao tráfico dos negros de sua raça, porém, ao derrotar militarmente os portugueses, estendeu-lhes as mãos por concluir que os seus próprios lugares-tenentes mergulharam com os holandeses no "resgate" de seus súditos com tanta ou mais ferocidade que seus inimigos lusitanos.

A escravidão negra foi, desta forma, o grande estigma da África durante três séculos de incriveis sofrimentos na captura, transporte, comércio nos entrepostos e duros trabalhos nas Américas, especialmente no Brasil, nas colônias espanholas do Caribe e nos Estados Unidos.

Pode-se visualizar, então, a revolta destes homens contra a situação em que se encontravam submetidos pela força.

Aqui no Brasil, enquadrados por chefes de sangue nobre, al-

guns já adestrados nas lutas africanas, estes escravos encontrariam terra desocupada, semelhante à de suas origens, em grandes espaços interiores, à disposição dos fugitivos inconformados. A fuga lhes seria fácil, como a captura pelos senhores dificultada pelos espaços e obstáculos que favoreceriam à instalação em comunidades complexas — os quilombos. Vivendo na África em natureza selvagem, sempre fugindo dos caçadores, fizeram das terras brasileiras um teatro idêntico ao de suas origens. Nada mais justo e natural.

Muito se pode falar sobre a escravidão no Brasil. Seria difícil adicionar muito mais do que os africanistas brasileiros já disseram — Nina Rodrigues, Artur Ramos, de certa forma Gilberto Freire, todos inspiradores de escolas sobre a matéria.

Dentro de um revisionismo histórico de caráter científico, seria agora reavaliar mais precisamente o papel da escravatura e do negro em nossa História e ressaltar mais ainda suas naturais reações ao cativo.

O Quilombo dos Palmares e outras manifestações idênticas esclarecem muita coisa, especialmente sobre este desejo intrínseco do homem pela liberdade.

Houve grandes quilombos em Mato Grosso — Quiriterê e Carlota, em Minas Gerais — Campo Grande, no Rio de Janeiro — Vasouras, no Maranhão — Turiaçu, no Ceará, na Bahia e em São Paulo.

O tratamento do negro no Brasil tem suas facetas românticas da

Mãe Preta, do Moleque de Engenho e do Pai Velho, mas apresenta também exemplos de dura crueldade, os suplícios, as mutilações e um arsenal de instrumentos de tortura, as penas de açoite, o ato de ferrar fugitivos e ladrões a ferro quente. Tudo isso, afora os abusos, estava previsto nas Cartas Régias e Alvarás que regulavam o assunto. E ocorria após os horrores da captura e do afastamento da família, do transporte e das humilhações dos mercados e senzalas. O fenômeno dos quilombos justificava-se moralmente e nele está um bom exemplo da luta pela liberdade.

Algumas revoltas negras, como a Inconfidência Baiana ou a Revolta dos Alfaiates (1798), a Revolta dos Aussás (1807-1813), a Revolta dos Nagôs (1826-1844) e outras que ocorreram no Recôncavo também tiveram as mesmas razões. Na revolta dos nagôs, os chefes negros cogitaram claramente em escravizar negros mais fracos e todos os brancos da Bahia.

A ideologia destes movimentos, no entanto, nunca emergiu clara, além do simples desejo de ser livre e da revolta contra os métodos da escravidão. Alguma influência dos enciclopedistas surgiu nos líderes dos Alfaiates, logo superados por chefes negros mais grosseiros e incoseqüentes, verificando-se ainda que os homens de cor tiveram discreta participação nos movimentos fortemente ideológicos de 1817 e 1824, a não ser quando carregados pelos seus senhores. Muito menos houve sentido ideológico em Palmares, nos

próprios quilombos ou nas cidades onde pudessem repercutir nos homens letrados da época.

Na verdade, somente no final do século XVIII tornaram-se fortes as idéias de Montesquieu — “O Espírito das Leis”, os discursos do Padre Manoel Rocha na mesma época (1750), continuação natural de uma idéia que, no passado mais distante, passara pelo sermão aos escravos do Padre Antônio Vieira ao dizer: “Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e a paixão de Cristo do que o vosso”. Também não há páginas comparáveis aos discursos de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e às poesias de Castro Alves (Paládio da Liberdade), no contexto do movimento contra a escravatura no Brasil, com a expressiva participação de pessoas de pele branca. Os textos do historiador Rocha Pombo, por exemplo, a respeito da revolta espiritual dos negros, têm tamanha força de expressão que, se usados hoje sem indicação de sua origem, seriam forte ingrediente para rivalidades inter-raciais.

As acusações do revisionismo histórico moderno aqui no Brasil, por mais que se auto-intitulem de originais, não apresentam nenhuma novidade ao condenar o tratamento dos escravos pelos seus senhores.

A Formação dos Quilombos e os Conflitos Decorrentes

Os quilombos no Brasil podem ser interpretados como uma continuação das guerras africanas da

mesma época. Há indícios seguros de que principalmente os "jagas", um indomável grupo negro do Congo, já engajado contra os portugueses desde o século anterior, enquadrava a luta dos palmarinos. Era uma linhagem nobre dos N'Gola e de outros "sobados" mais ao norte, que estavam reunidos em Pernambuco desde o início do século XVII, concitando a fuga de negros dos engenhos para a mata atlântica das consideráveis elevações ao poente. A desintegração da economia colonial e o impacto da invasão holandesa estimularam muito este fluxo inicial, levando inúmeros escravos a buscarem sua sociedade africana, agora reconstituída nos "mocambos" plantados desde o Cabo de Santo Agostinho até as margens do São Francisco — o Macaco (o maior deles), Aqualtume, Odenga, Subupira (o mais agressivo), Dambraganga, Tabocas, Oranga, Andalaquituxe, Zumbi, Amaro e outros. Observe-se que a população negra no Brasil, levantada com os meios da época, por si mesma sugere razões de conflitos com os escravos:

1583 — 57.000 habitantes (14.000 negros).

1798 — 3.250.000 habitantes (1.582.000 negros).

É de se supor que, por volta de 1650, a população negra estivesse beirando já os 40%, o que indica dificuldades de controle da situação pelas administrações coloniais que contavam com fracos contingentes de brancos, índios e mestiços desgastados pela guerra contra o invasor batavo que desorganizou o mando senhorial.

Os efetivos palmarinos foram sempre estimados empiricamente, já que o grosso deles estava espalhado em toda a área. Os holandeses calcularam 6.000 pessoas e alguns cronistas estimaram até em 10.000 ou mesmo 20.000, não se sabe ao certo.

O que de essencial se pode dizer de suas atividades é que viviam da caça, da pesca e de pequena agricultura, sendo rotineiro o escambo deles com os comerciantes do litoral. Possuíam organização política rudimentar, mas aceita plenamente. Havia uma força militar, uma polícia e um sistema de comunicações e informações.

As ações contra fazendas e engenhos eram assistemáticas mas frequentes, para saque, libertação de escravos que com eles cooperavam ou escravização de outros. O trabalho escravo lá existente e suficientemente documentado é negado por alguns revisionistas, como Décio Freitas em *A Guerra dos Escravos*, Ed. Mercado Aberto, que afirma: "A escravidão era incompatível com o movimento palmarino", contrariando o espírito dos tempos — a escravatura era, também, uma instituição africana — veja-se a corte dos N'gola e as práticas de Ginga Bandi que costumava sentar-se em cadeiras humanas por longas conversações.

O fato é que este "sobado" brasileiro, constituído de fugitivos da escravidão, constituía uma grave ameaça à vida econômica do Nordeste açucareiro pelas seguintes razões:

— estímulo à fuga de escravos que eram expressiva parte do capi-

tal e toda a força do trabalho nos engenhos;

— dos quilombos partiam as expedições contra fazendas, engenhos e vilas, trazendo-lhes insegurança e prejuízos de toda ordem;

— despertavam no Conselho Ultramarino a idéia de revolta contra a autoridade colonial. Havia, inclusive, a hipótese, formulada em correspondência do Governador Souza Coutinho, de domínio militar dos negros sobre as principais cidades — Recife, Alagoas, Porto Calvo e Penedo — já que possuíam forja de fazer ferro e contavam com o apoio de seus irmãos de raça.

Esta ameaça unia esforços dos senhores de terra e de autoridades da administração colonial, numa História que durou quase um século, havendo quem considerasse os quilombos tão perigosos para a obra colonial quanto os holandeses.

As primeiras reações armadas aos quilombos foram empreendidas entre 1602 e 1608 por um certo Bartolomeu Bezerra. Até o dia 6 de fevereiro de 1694, com a captura e destruição do Quilombo do Macaco, na Serra da Barriga, desenvolveram-se operações militares quase sempre apoiadas pelo poder econômico dos senhores de engenho.

Antes da destruição do Quilombo do Macaco, na Serra da Barriga, por Domingues Jorge Velho, Sebastião Dias e Bernardo Vieira, a única expedição que apresentou resultados satisfatórios, dentre as dezenas conhecidas, foi a de Fernão Carrilho em 1677,

que destruiu vários mocambos, capturou ou eliminou quase toda a família real de Ganga Zumba e criou condições para um controvertido acordo dos quilombos com a Administração Colonial, durante um período de desânimo por parte dos negros aquilombados.

Os palmarinos teriam assentamento e seriam livres, mas deviam obediência e compromissos às autoridades.

O acordo não foi bem recebido pelos senhores de engenho nem pelos negros liderados por Zumbi. Os senhores de engenho queriam suas terras, seus escravos e a extinção daquele estímulo à fuga de mais outros escravos. Zumbi e seus seguidores não confiavam na palavra das autoridades e terminaram por envenenar o desanimado rei Ganga Zumba, criando uma nova situação que só acabaria, em 1694, com a destruição do Macaco, e, em 1695, com a morte do próprio Zumbi.

A figura do Zumbi, como não podia deixar de ser numa época de superstições e de desinformação, tornou-se lendária, sendo crença geral entre os negros a sua imortalidade. Após muitos anos da destruição do Macaco e de ter sido a cabeça do Zumbi pendurada num poste de Olinda, ainda havia a crença de que ele estivesse vivo. Muitos também acreditavam que Zumbi precipitara-se mesmo do penhasco para fugir ao cativeiro.

Circunstância também curiosa é que o negro Henrique Dias, que se havia destacado contra os holandeses, esteve engajado na luta contra os quilombos, o que torna

ainda mais evidente a sua fidelidade ao espírito lusitano ou a sua obediência aos administradores da Colônia. E, mais ainda, Henrique Dias, herói negro consagrado, é atualmente acusado de combater gente de sua própria raça.

Senhores e administradores coloniais de um lado, escravos fugidos do outro, um herói negro imolado na luta pela liberdade, rebeldia conta a opressão dos dominadores, eis um quadro perfeito para a lógica hegeliana: "O amo não é amo senão pelo fato de que possui um escravo que o reconhece como tal".

Este é o ponto de partida de toda a dialética revisionista em moda. "Palmares — um século de luta armada dos negros contra o regime escravocrata de trabalho em que se fundava a economia colonial" — Darcy Ribeiro. Ora, a luta dos negros era pela liberdade e não tinha objetivos de extinguir regime nenhum. Suas ações limitadas ao saque e à defesa atestavam o objetivo em que tanto se fixaram — viver em liberdade.

O Discurso do Revisionismo Histórico

Todo o discurso marxista repousa no papel atribuído à luta de classes como motor da História. A expressão mais objetiva desta concepção está no *Manifesto Comunista* (p. 6, ed. 1935), quando afirma: "Toda a História da Humanidade. . . tem sido uma história de luta de classes, choque entre exploradores e explorados, entre a classe dominadora e a oprimi-

da. . ." Mais adiante o manifesto diz claramente: ". . . o livre e o escravo. . . o grêmio dos patrões e o sindicato dos operários, numa palavra, o opressor e o oprimido viveram em constante e mútua oposição. . ."

A revolta dos negros por uma vida livre como nos dias do isolamento africano, por inumeráveis séculos, passa a ser uma luta contra os senhores de escravos, tão somente uma luta de "classes". E vão mais adiante nesta interpretação atribuindo ideologia aos escravos fugidos contra o sistema econômico e contra o próprio sistema colonial. Os trabalhos historiográficos menos sérios ainda conseguem visualizar a união dos "militares profissionais", senhores latifundiários e autoridades coloniais como o lado opressor, e os escravos, artesãos, "pequenos burgueses" e desamparados, como o lado dos oprimidos. A organização social dos quilombos seria um "socialismo infuso" a suscitar entusiasmo, segundo Décio Freitas (*Palmares, a Guerra dos Escravos*, Ed. Mercado Aberto, 1984). Pessoa de Morais, no ensaio "Sociologia da Revolução Brasileira", assinala os quilombos como antecedentes diretos dos movimentos camponeses atuais, e Clovis Moura, em *Rebelião das Senzalas* (Ed. Conquista), assinala métodos de guerrilha nas incursões dos quilombos aos engenhos para saques e depredações e em sua prática de evitar engajamentos com a tropa, até que incorressem no erro de guardarem-se em fortificações. Dias Gomes, prefaciando o livro O

Quilombo dos Palmares, de Edson Carneiro, Ed. Civilização Brasileira, insinua que a causa do silêncio sobre Palmares era por serem eles os precursores da moderna tática de guerrilha no Brasil, esquecendo ele a decantada reação aos holandeses desde o seu desembarque em Pernambuco. Para Péricles de Carvalho, em *Formação Histórica de Alagoas*, Manoel Balaio, no Maranhão, é protesto negro, insinuando a união dele com outras "camadas sociais".

Desconhecendo a rica temática abolicionista no Brasil e suas belíssimas páginas acusatórias, alguns revisionistas correm na busca de originalidade, como nesta colocação de Décio Freitas (op. cit.): "No dia em que forem resgatadas da face oculta de história brasileira — face mais ampla e significativa que a visível e oficial — as revoltas escravas projetarão luz sobre um sem-número de contradições históricas que, de outro modo, sempre permanecerão incompreensíveis".

De acordo com o *Direito à História*, de Lucien Febvre, deve-se colocar as revoltas negras num patamar importante da História. Considera-se, então, o "historicismo oficial" de Varnhagen, a interpretação antropológica das heranças culturais por Artur Ramos e Nina Rodrigues, como os mentores da idéia da amenidade da escravidão no Brasil, no contexto do interesse da "classe dominante".

A interpretação marxista da História assinala acusações a Caxias tachando-o de "espada repressora" dos negros fluminenses de

Manoel Congo, em dezembro de 1838. É que Caxias, comandando a Força de Permanentes da Corte, deslocou tropa para proteger a fábrica da Estrela (única fábrica importante de pólvora no Brasil) das tropelias de negros aquilombados da região. Era, na verdade, uma operação estratégica, segundo opinião do eminente historiador Coronel Cláudio Moreira Bento. No Maranhão, Caxias teve que dar combate aos ajuntamentos negros do Preto Cosme que combatiam pelos Balaiois.

Eis aí o discurso marxista que certamente marcará grande parte dos conceitos e mensagens lançadas à opinião nacional nos próximos dois anos.

A negritude nacional, agora caracterizada como um manancial de opiniões próprias, parece ao observador alvo de muito trabalho de doutrinação, como ocorreu no VI Encontro de Agentes da Pastoral de Negros em Ipiranga, São Paulo, em setembro de 1985, em cuja temática viu-se: Visão Histórica do Negro no Brasil, Liturgia e Negritude, Negritude e Constituinte, e Negritude e Reforma Agrária. Não é exemplo isolado do uso da História para fins políticos e ideológicos.

Para uma interpretação completa da História, como de resto de qualquer ciência, deve-se buscar a causalidade dos fatos em todos os campos ou disciplinas que configuram o saber.

No caso dos fenômenos humanos ocorridos no passado — o que se pode chamar de História — convém examinar os fatos através de

seus aspectos políticos, econômicos e sociais de forma integrada, evitando-se a supremacia de uns sobre os outros, emoldurando-se a interpretação sob a égide da cultura existente na época na qual está inserido o ambiente. A interpretação marxista está fixada nos parâmetros da luta de classes e na importância da instrumentalização do trabalho e do interesse econômico. Já obsoleta na Europa, ainda é modismo no Brasil. Quando exagerada na aplicação de propaganda ideológica, através da interpretação da História, torna-se extremamente falaciosa e vulgar, embora penetrante e convincente para os espíritos simples e desprevenidos.

No caso expressivo da reinterpretação dos quilombos no contexto do "revisonismo historiográfico" comete-se o erro de confundir o soldado a soldo do século XVII com o militar profissional de hoje, o senhor de engenho de antes com o empresário agrícola de hoje, o negro palmarino com o guerrilheiro. Neste contexto um tanto simplista não se valoriza a evolução das idéias e da cultura, as realidades de cada época são relegadas em proveito de uma conclusão já estabelecida aprioristicamente.

No caso brasileiro, não se valorizam os esforços acumulados de gerações para a obtenção da Unidade Nacional, preferindo-se elogiar as rebeliões regionalistas, ressaltando-se a desobediência local por motivos restritos a determinada área, esquecendo-se a necessidade de um mínimo de ordem in-

terna para garantir a grandeza territorial em seus primórdios coloniais ou mesmo nacionais.

É evidente que a escravatura como regime de trabalho, aliada à forma de dominação senhorial, constitui um passado com heranças muito desagradáveis, sobretudo porque o trabalho servil entre nós foi degradante e corruptor.

Uma Interpretação Histórica de Base Eclética

Não há justificativa ética e moral, nos dias de hoje, para a escravatura negra no Brasil. Não era aplicável, então, o Direito do Vencedor. O Direito Moderno, invocada por Joaquim Nabuco, repelia qualquer trabalho servil, mas só ganhou importância no Brasil em meados do século XIX, cem anos depois dos enciclopedistas.

O importante da questão é, portanto, examinarmos o porquê da escravatura em nosso País e o porquê dela ter durado tanto tempo.

A vontade férrea de Portugal ou, como queiram, de seus governantes, de colonizar o Novo Mundo vai além das importantes motivações econômicas. Havia o desejo natural nos lusitanos de se expandirem de seu território confinado e com isso adquirir largos espaços, conquistar e explorar. Além disso, havia a motivação religiosa: a de salvar almas para Cristo.

A motivação econômica foi prevalente, na medida em que, além de estimular o homem aos grandes riscos da epopéia colonial, carregava os recursos necessários

para empreendê-la, do contrário nada ocorreria.

Era a organização econômica da Colônia uma inovação engenhosa para as novas circunstâncias do açúcar, como também o foi para as empresas de criação de gado no interior. E todo o engenho humano para realizar a implantação da atividade econômica na Colônia deparava-se com a inexistência de mão-de-obra numerosa, robusta e capaz para as atividades do campo, a ser aliciada tanto na Europa como no Brasil.

O recurso à escravidão negra tinha precedentes históricos nos conflitos e nos contatos da Península Ibérica com a África, desde séculos anteriores, o que retirava da mente social do europeu quinhentista ou oitocentista aquele sentido crítico sobre o trabalho servil. Somente o iluminismo ocidental, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, numa primeira fase, e, posteriormente, a Revolução Industrial na Inglaterra é que despertaram a consciência idealizada por Grotius em 1600 e tão decantada em inúmeros documentos papais. É notável a constatação de que nem mesmo o Cristianismo modificou a face da humanidade quanto à escravidão humana, apesar destas intervenções moderadoras da Igreja.

Dentro deste quadro, a despeito do feudalismo estar politicamente sepultado pelo Estado Moderno, ele estava presente, em seus resquícios, na mente colonial lusitana, mesmo porque a empresa moderna somente viria muito depois.

A escravidão negra, como solução para o problema de mão-de-obra foi, portanto, parte do panorama econômico e social da época neste quadro perverso anterior aos tempos modernos.

Mais importante do que compreendermos as causas econômicas e sociais da escravatura, é saber o papel que o negro teve na formação da nacionalidade brasileira. Elemento essencial do nosso povo, o negro deparou-se aqui com algumas contingências muito favoráveis à sua assimilação como grupo racial, pela miscibilidade do português sem veleidades de superioridade racial. Ressalte-se o papel do negro na formação da cultura brasileira, desde os seus traços biológicos até os psicológicos, impregnando a mente nacional particularmente através dos mestiços. Ainda havia escravatura no País e José do Patrocínio e André Rebouças não eram figuras muito originais no cenário social e político do Brasil. O Exército, como fator de ascensão social, abrigava grande percentual de negros e mulatos, o que ainda hoje ocorre.

A luta pela liberdade pode ser considerada uma importante contribuição do negro para as gerações futuras. Os quilombos e as revoltas negras, revistas na História, já não podem ser julgados como simples demonstrações de rebeldia e, sim, um exemplo de que o homem brasileiro não faz composições com a opressão social ou política.

A repressão aos quilombos e

revoltas negras pela Administração Colonial, por sua vez, não está inserida no quadro de uma aliança tácita entre os senhores de engenho e os meios oficiais, como imaginam os panfletários do assunto. A Administração Colonial, com o Conselho Ultramarino no seu topo, imaginava o controle da Colônia e o exercício do poder em toda a sua vastidão, não fazendo concessões a uma realidade fisiográfica que implicava em dissociação e até separação.

Foram os nossos administradores coloniais muito felizes, se considerarmos os resultados finais do processo administrativo aqui executado. A estratégia desta administração era a de extinguir rebeldias, autonomias locais, ajuntamentos estranhos e invasões, em proveito de sua política de centralização e domínio, sempre que havia poder para tal. A conciliação era praticada, enquanto aguardavam-se melhores épocas para agir.

Fraca de recursos, a Administração Colonial contava com a indispensável ajuda, em pessoal e material, onde ela tinha de ser encontrada, isto é, nos estabelecimentos açucareiros, ou seja, nos senhores de engenho e seus agregados. Os aquilombados também faziam o mesmo, por outros métodos, com suas incursões predatórias nos locais onde estava a riqueza.

Os senhores de engenho julgavam-se no elementar direito de reagir principalmente porque a escravatura era legal e os frequentes ataques às suas propriedades tornavam-se muito onerosos.

Neste quadro iníquo aos olhos de hoje, encontrava-se a lógica de ontem, o que, aliás, não é novidade no curso da História.

A libertação dos escravos, conseguida através da luta dos próprios negros pela sua liberdade e buscada ardentemente pelos abolicionistas, é uma belíssima página de nossa História. É, também, um capítulo importante de nossas instituições, num país sem racismos e que busca obstinadamente a justiça social.

A História comporta uma revisão do papel do negro na formação da nacionalidade, agora que nos aproximamos do centenário da Abolição.

A revisão histórica que se está procedendo para reescrever a História Nacional é eivada de sectarismo e seu discurso é falacioso, na medida em que se elevam os anseios de liberdade dos negros ao patamar de luta ideológica.

Palmares foi um movimento espontâneo e continuou a luta dos africanos contra a dominação do seu povo. A luta ideológica, por sua vez, necessariamente pressupõe intenção racional de mudar algo instituído, o que não ocorreu nos quilombos.

Além disso, é falaciosa também a visão da luta de classes do revisionismo contemporâneo, comparando o panorama colonial e obscuro da época com o dos dias correntes, onde vigem as leis trabalhistas, funcionam os partidos políticos e os sindicatos, e onde a organização estatal é soberana.

Além disso, a escravidão não envolve responsabilidades de gru-

pos raciais, posto que não só havia escravidão entre os negros africanos, antes de os portugueses lá chegarem, como os caçadores de escravos eram negros de origem nobre. Há provas evidentes de que havia escravos entre os negros aquilombados no Brasil, assim como queriam os nagôs da Bahia escravizar os outros negros e os brancos do Recôncavo.

As acusações já esboçadas pelos revisionistas de que o Exército contribuía para a ópressão dos negros é inverídica e merece o repúdio de todos os militares em contato com seus comandados e civis. A posição do Clube Militar, inspirada por Joaquim Nabuco, entregando moção de repúdio à idéia de emprego do Exército contra os escravos foi uma das causas da queda do Gabinete Cotegipe, à qual se seguiu a Abolição.

Caxias não se envolveu com os quilombos de Vassouras, em 1838, e, no Maranhão, combateu um ajuntamento negro dentro de suas operações militares de pacificação, destituído por inteiro de qualquer sentido de escravagismo.

A obra colonial portuguesa, da qual resultou o nosso País, estava harmonizada com o espírito dos tempos. As perversidades da ação colonizadora não podem ser julgadas com os olhos de hoje, quando estão firmados os aperfeiçoamentos na convivência humana, obtidos nos dois últimos séculos. A obra colonial lusitana, por outro lado, nos proporcionou um vasto território com apreciável unidade espiritual. Por nossa invulgar mis-

cigenação, destacamo-nos como povo harmonioso no seio desta humanidade tão diversificada pelas raças.

De tudo isto, é possível formular um corpo de idéias que fundamente uma posição equilibrada diante do revisionismo;

— ressaltar o papel do negro na formação e evolução da sociedade brasileira, destacando a sua contribuição para a riqueza nacional e a sua influência sócio-cultural entre nós;

— ressaltar a luta permanente do negro e dos abolicionistas contra o trabalho escravo, como prova de que a liberdade é inalienável;

— mostrar à Nação que o Exército teve papel importante na Abolição e que sempre abrigou em seus quadros inúmeros negros e mulatos, alguns dos quais foram figuras ilustres na hierarquia militar;

— tomar consciência de que o revisionismo falcioso, não tem originalidade em suas acusações e desvirtua o sentido da História através da visão marxista;

— considerar que o combate aos quilombos estava dentro da estratégia da administração colonial lusitana e que foi sufocado em proveito da unidade da Colônia, esboço da Unidade Nacional;

— poderíamos considerar, também, que este revisionismo é de natureza ideológica, que despreza os postulados da ciência histórica e está conflitante com nossa crença nacional.

O revisionismo é sempre necessário quando se faz oportuno mas, por amor à boa convivência social,

que seja feito sem intenção de natureza política ou ideológica e por profissionais do ramo. Afinal, to-

do educador deve ser criterioso. Trabalhar com História é educar... ou deseducar.



Cel Inf QEMA José Fernando de Maya Pedroza. Aspirante de 1954. Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Instrutor da AMAN e da ECEME, Adjunto da Missão Militar de Instrução no Paraguai, oficial de gabinete do Ministro do Exército, chefe da Seção de Geografia e História do EME. Comandante do 19º BC—Salvador. Subcomandante da ECEME e Diretor da Bibliex.